

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E DITADURA MILITAR NO BRASIL (1968-1984): ENTRE A ADESÃO E A RESISTÊNCIA¹

Dr. MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA

Departamento de Teoria e Prática de Ensino; Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Paraná.

E-mail: marcusat@onda.com.br

RESUMO

O trabalho procura deslindar representações da comunidade acadêmica brasileira acerca das relações entre educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tal intento se realizou a partir de um diálogo com a historiografia das áreas de educação e educação física, na tentativa de verificar a construção daquelas representações, bem como a partir de uma pesquisa que tomou como fontes privilegiadas um periódico oficial dos anos da ditadura, os programas escolares para a educação física na cidade de Curitiba e o depoimento de professores escolares. Conclui que aquelas representações não tem correspondente necessário nas práticas reais dos agentes escolares, certamente por não levar em conta a experiência histórica daqueles agentes.

PALAVRAS-CHAVE: História das disciplinas escolares; história da educação física escolar; educação física e ditadura militar; historiografia.

1. Este trabalho, síntese da minha tese de doutorado, foi apresentado na forma de comunicação oral no II Congresso Brasileiro de História da Educação, em Natal (RN), em novembro de 2002. Cabe aqui agradecer aos comentários de Victor Andrade de Melo.

...percebi que à medida que nos desenvolvemos profissionalmente, que passamos pelas etapas da carreira – da educação ao emprego e, depois, do emprego ao aperfeiçoamento –, a tendência é, a menos que resistamos a isso de forma muito consciente, estreitarmos-nos cada vez mais e separarmos-nos das experiências anteriores de várias maneiras. Somos até “forçados” a isso, embora com “forçar” eu não queira dizer que seja algo coercitivo – mas simplesmente que acaba valendo a pena fazer isso.

Edward Said

Este trabalho pretende debater, do ponto de vista da pesquisa em história da educação, os resultados de um estudo que pretendeu analisar as relações entre o aparato legal-institucional para a educação física escolar brasileira de 1968 a 1984 e a apropriação dos professores escolares daquele aparato. Com base na hipótese de que essas duas dimensões estavam imbricadas, infirma a tese corrente na historiografia de que os professores teriam sido conformados de forma unilateral pelas políticas oficiais, consonantes com uma perspectiva de dependência cultural dos países capitalistas desenvolvidos, mais especificamente dos Estados Unidos. Como fontes a pesquisa privilegiou a *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, publicada pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, os programas de educação física da prefeitura municipal de Curitiba de 1972 a 1983, programas de ensino de unidades escolares isoladas e os depoimentos de professores atuantes na rede municipal de ensino de Curitiba naqueles anos. No que diz respeito à *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, a análise da sua série total (53 números, de 1968 a 1984) permitiu mapear um conjunto de questões atinentes à relação entre as políticas governamentais e a reorganização da educação física escolar, a saber: a educação física e o desenvolvimento brasileiro; o discurso “cientificista” na educação física; a educação física escolar transformada em treino esportivo; educação física, autoritarismo e controle social, e ainda, o papel dos professores de educação física. Quanto aos programas, procurei evidenciar as condições de sua formulação e a participação dos professores escolares naquele processo. Assim, o depoimento dos professores permitiu focar a análise sobre aspectos referentes àquilo que vem sendo denominado *cultura escolar*². Neste âmbito destaquei as seguintes temáticas: a valorização da educação física e do seu profissional; a educação física por temporadas e a participação dos professores na formulação do programa de

2. Acredito que o conceito de cultura escolar precisa ainda ser melhor esmiuçado pelos pesquisadores brasileiros, até mesmo para questionarmos a pertinência de tal conceito (Taborda de Oliveira, 2002).

educação física da Prefeitura Municipal de Curitiba; educação física e esporte: um discurso ambivalente? e, por fim, o cotidiano das aulas de educação física, as condições objetivas para o seu desenvolvimento e a própria rotina das aulas. Seleccionadas e desenvolvidas tais temáticas, o estudo concluiu que a tese do transplante cultural, corrente tanto na historiografia da educação brasileira, quanto nos estudos históricos da educação física brasileira, desconsidera a experiência singular capaz de reapropriar os mais diversos códigos, ao manifestar uma tensão entre a tradição e a renovação da educação física escolar brasileira e entre a história de vida e a história profissional dos professores. Apoiada a análise sobre o campo da história das disciplinas escolares e tendo como referência o pensamento do historiador inglês Edward Palmer Thompson, para quem o diálogo entre o ser e a consciência social é estruturador da experiência, este trabalho reafirma a perspectiva corrente na historiografia, da redução da educação física escolar aos códigos da instituição esportiva, mas capta o consórcio ativo dos professores escolares de educação física para a consolidação daquele processo. Mostra como se desenvolveu uma adaptação entre o que preconizavam as políticas governamentais e as necessidades dos profissionais da área, naquilo que concerne à alocação de recursos públicos, elevação do *status quo* e à legitimação social de uma área que se pretendia acadêmica. Neste sentido, a experiência dos professores escolares, que em larga medida geraram demandas que organizaram e definiram o aparato legal, apontou para as reformulações da educação física brasileira que teriam lugar ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Ciente das dificuldades inerentes a um estudo dessa natureza, seja pela rarefeita produção historiográfica sobre o período em questão, seja pela tentativa de superação de uma consagrada leitura conspiratória da história da educação brasileira nesse país, o estudo pretendeu também abrir uma senda no debate sobre as conseqüências da ditadura militar para a organização da cultura brasileira a partir da reorganização de uma disciplina escolar específica, a educação física. Neste sentido, aponta a necessidade de estudos mais rigorosos e profundos do que aqueles poucos até aqui desenvolvidos, no que diz respeito ao desenvolvimento da educação física escolar brasileira em particular, e da educação e cultura brasileiras em geral. No particular, além de estudos de natureza comparativa, a delimitação do campo acadêmico da área, a influência das aulas de educação física sobre a população escolar em geral, biografias e histórias de vida, a organização profissional, o ensino superior e a formação de professores – e por que não? –, a memória de militares sobre o real significado da educação física para as Forças Armadas, são estudos desejáveis e possíveis de serem desenvolvidos. Com o recente incremento da pesquisa histórica em educação no Brasil, bem como com o incentivo oferecido por uma não desprezível onda de publicações sobre os anos da ditadura, creio que temos

elementos suficientes para tentarmos aprofundar o conhecimento histórico sobre a educação física e outras práticas escolares, sobre a escola daquele período, enfim, buscando a historicidade de um processo reduzido pela historiografia a uma "razão de Estado" (Castellani Filho, 1988; Carvalho de Freitas, 1991; Guiraldelli Jr., 1988; Bracht, 1992; Soares et al., 1992).

A AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS DE EXCEÇÃO: O SABER ESCOLAR REDUZIDO À PRÁTICA ESPORTIVA

Ao longo desta pesquisa, procurei compreender alguns dos elementos que teriam concorrido para a *esportivização* das aulas de educação física, nos anos da ditadura militar no Brasil. Conhecedor de uma literatura que freqüentemente transferiu esse processo para uma possível relação vertical entre os países capitalistas desenvolvidos – mormente os Estados Unidos – e os países periféricos, senti-me compelido a investigar em que medida esta tese poderia ser sustentada.

Partidário da idéia de que os professores de educação física, como, em linhas gerais, todo professor, tem pelo menos um espaço de autonomia – a aula propriamente dita –, lancei-me à tarefa de tentar compreender as suas motivações, os seus anseios, as suas necessidades, enfim, a sua intervenção no processo histórico, processo este representado pela transformação da aula de educação física em espaço de aprendizagem esportiva pura e simples.

Para tanto, foi preciso buscar em várias fontes esse conjunto diverso de perspectivas de compreensão da educação física, sendo eles: a crítica acadêmica, a política oficial e o entendimento ou a representação dos professores. No primeiro caso, deti-me basicamente na literatura que emergiu a partir dos anos iniciais da década de 1980, duplamente caracterizada como crítica: primeiro, como crítica ao modelo de educação física desenvolvido até então no Brasil, calcado na aptidão física e na manutenção da saúde individual. Nesse caso, a produção acadêmica caracteriza-se por uma multiplicidade de tendências teóricas, ligadas às mais diversas matrizes epistemológicas. O segundo entendimento refere-se a uma produção autodenominada crítica. Nesse caso, existe uma vinculação explícita com matizes teóricos, os quais procuravam dar conta de interpretar a educação física e as suas relações com a sociedade capitalista contemporânea, principalmente as teorias crítico-reprodutivistas.

Quanto à política oficial, vali-me da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, inicialmente com um entendimento de que ela representaria – por ser produzida e publicada por um órgão do Ministério da Educação (MEC) – o que existiria de mais acabado em termos de concepção oficial de educação física no Brasil

naquele período. Contudo, ao longo da leitura e análise da série da revista, cristalizou-se a compreensão de que estava posto um debate internacional para a área, debate no qual o Brasil parecia estar entrando com pelo menos uma década de atraso. Assim, a revista caracterizou-se como uma fonte de compreensão, que denominei, ao longo do texto, de não-monolítica. Não era só a voz oficial que estava presente nas suas páginas.

Por fim, a experiência dos professores. Depois de uma tentativa infrutífera de localizar fontes que pudessem me aproximar minimamente daquela experiência, optei por utilizar a história oral como possibilidade de construir uma interpretação da história da educação física escolar no Brasil – mais precisamente em Curitiba – ao longo daqueles anos.

A revista mostrou-se uma fonte bastante rica, pois seus textos são indicativos de uma época de transição na educação física mundial. O debate mundial apenas chegava ao Brasil naquele momento; em outros termos, o Brasil inaugurava, por assim dizer, um debate acadêmico sobre os benefícios da educação física. Certamente já houvera em outros tempos um debate semelhante, mas em torno de um projeto de purificação e higienização. O que se vê no interior da revista é um debate em torno da desumanização da sociedade e das práticas culturais em geral. A educação e a educação física eram profundamente afetadas por esse debate. Havia naquele momento uma grande preocupação com o tempo livre, com o lazer, com a educação integral da criança, com os valores morais de um mundo em crise pela técnica e pela ciência. Em contrapartida, fazia-se a apologia da técnica e da ciência em nome de um desenvolvimento tido como indiscutível. A “modernização” – mote da ditadura militar – tinha chegado para ficar.

Claro que, dada a “essência” de um regime autoritário, a educação física no Brasil também foi pensada numa perspectiva de controle social. A revista é clara neste sentido, quando veicula textos de autoridades e órgãos do governo. Até mesmo pesquisadores e professores assumem um tom de um moralismo absoluto, ao imputar à “modernidade” e à industrialização as mazelas da juventude. A educação física confundia-se com a formação moral. Mas prevaleceu a antítese dessa vertente. Ou seja, o esporte foi a coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória, consagração. Sugerido de forma exclusiva pelos órgãos oficiais para a educação física escolar, ele carregava toda a simbologia de um mundo de lutadores e vencedores. Como já tive oportunidade de apontar (Taborda de Oliveira, 2003), desse sincretismo entre controle e liberdade, “humanismo” e “tecnicismo”, alimentava-se a educação física brasileira, quicá mundial.

Mas as páginas do periódico permitem muitas outras entradas de pesquisa, tal a riqueza dos dados que elas nos oferece. Tanto que esta perspectiva de conflito

entre uma tendência que vincula a educação física ao esporte de alto nível – o pragmatismo³ – e uma tendência que concebe o esporte apenas como meio da educação física – o dogmatismo – é flagrante nas suas páginas. Elas não confirmavam a minha impressão inicial de que haveria um discurso monolítico sobre a educação física no interior de um periódico oficial. Isso não quer dizer que não tenha prevalecido uma certa tendência – a pragmática – no âmbito da organização da educação física brasileira. Mas um debate estava em pauta e a prevalência de uma tendência – a esportivização da educação física escolar – sobre a outra não se deu sem conflitos, recuos e amálgamas.

Nos *programas* da Prefeitura Municipal de Curitiba encontramos a consolidação dessa tendência, com um detalhe: os *programas* eram elaborados com a colaboração dos próprios professores escolares. Aqueles programas indicam claramente a filiação da prefeitura à tecnocracia educacional. A educação física por temporadas reduzia o ensino da educação física a alguns poucos esportes, a algumas poucas técnicas esportivas. Os *programas* primavam pelo rendimento, pelos objetivos instrucionais alcançados, pelas habilidades esportivas desenvolvidas. Eram uma tentativa de sistematização e, ao mesmo tempo, de controle, pois não permitiam nenhuma margem de autonomia ao professor. Mas, como o professor reagia diante dessas condições, uma vez que eram signatários daqueles documentos?

OS PROFESSORES ESCOLARES E A EXPERIÊNCIA DE ARTÍFICES DE MUDANÇAS OU INVENÇÕES CURRICULARES

Com a análise dos depoimentos, pretendi justamente compreender esse aspecto da história. As entrevistas com os professores indicam a *experiência*, a *história de vida* falando mais alto. Cada um dos professores entrevistados assimilava, incorporava de uma maneira completamente distinta as influências mais variadas. Em decorrência disso, o resultado do seu trabalho era fundamentalmente diverso. As entrevistas permitiram-me reafirmar a importância daquilo que tem sido reiteradamente perguntado: o que os sujeitos fazem com aquilo que as estruturas fazem dos sujeitos? Certamente eles reinventam, dentro dos limites permitidos pelas mais diversas determinações, o seu viver cotidiano. Não eram simplesmente

3. A expressão pragmatismo, aqui, não guarda qualquer correspondência com o *pragmatismo filosófico*, que tanto influenciou a arena educacional no início do século XX. Trata-se antes de uma designação mais prosaica que indica a preponderância da idéia (e práticas) de formação de atletas de alto nível pela escola, em contraposição ao "dogmatismo", calcado na preservação de certos valores caros à tradição humanista e ao naturalismo (Tubino, 1975).

manipulados ou induzidos, mas faziam opções, conscientes ou inconscientes, mas racionais. Portanto, ainda que não tivessem clareza disso – mas, parece-me que a maioria dos professores entrevistados tinha –, sabiam que eram possuidores de uma “liberdade relativa” ante as determinações estruturais. E, em muitos casos, eram capazes de desafiá-las.

Os professores entrevistados foram escolhidos de forma aleatória, à medida que seus nomes apareciam nos programas escolares ou da Prefeitura Municipal de Curitiba, ou, ainda, na fala de outros professores. Como a pesquisa pretendeu se restringir à educação física escolar no âmbito da ditadura militar, privilegiei professores que concluíram sua formação universitária entre o final dos anos de 1960 e o início dos 1970, e que atuaram como professores ao longo dos anos de 1970 e 1980, uma vez que o incremento da educação física brasileira se deu a partir da Reforma Universitária de 1968, da publicação da lei n. 5.692/71 e do decreto n. 69.450/71. É um fato aceito pela historiografia o significativo desenvolvimento da educação física nesse período. Um dos meus objetivos foi justamente investigar até que ponto esse processo se deu de forma vertical ou foi consequência da configuração de *campos de força* nem sempre tão claros.

Assim, este trabalho procurou contribuir para recolocar, em outros termos, a questão do professor alienado ou do professor militante, presente em uma vasta e diversificada literatura. Nem todos foram um ou outro. A maioria, eu arriscaria a dizer, simplesmente pretendia ser professor. Quando pretendia! Não raro, muitos tinham consciência de que eram até mesmo maus professores. Mas jamais é possível afirmar que *foram porque foram* de determinada maneira. Eles, os professores, mostraram-se a síntese (já tão batida!) de determinações variadas, mas mediadas pela sua vontade humana, histórica e culturalmente situada.

Ao nomear de “renovação” esse processo de afirmação social da educação física e dos seus professores, procurei indicar que, naqueles anos, a educação física era um domínio de intervenção relativamente aberto. Sua organização, finalidades, objetivos e métodos estavam no centro de um debate bastante intenso, de alcance internacional. Esse debate fortalecia o discurso da educação física, que se desenvolvia em uma dupla direção: por dentro do discurso da educação e, de forma autônoma com relação a essa, a partir do discurso da instituição esportiva. Teria havido a subsunção de um a outro, ou aqueles eram anos de afirmação de um sincretismo que não permitiria confundir a educação física com nenhum desses domínios?

Como o que estava em análise ao longo do estudo era uma fase de transição, procurei freqüentemente olhar para frente e para trás no desenvolvimento do processo histórico. Julgo não ter dado a impressão de proceder de maneira linear. Procurei captar o que existiu de continuidade e de ruptura naqueles anos com a

tradição da educação física brasileira. Nesse sentido os depoimentos dos professores ganham em força ao indicar que a tradição e o *novum* conviviam, nem sempre de maneira conflituosa. Assim, se houve mudanças no plano da organização da educação física brasileira durante a ditadura militar – e estou convencido disso –, não significa dizer que ganhamos alguma coisa com isso. Ao contrário, a mudança aconteceu no sentido de ter a educação física perdido significativamente. Isso pode parecer paradoxal à luz de todo um aparato legal-institucional que pretendia fortalecê-la como prática social, escolar e acadêmica. Mas devemos lembrar, com Goodson (2000) e Viñao Frago (2001), que no âmbito das políticas públicas para a educação, inovação não quer dizer, necessariamente, que aquelas mudanças fossem “progressistas”, “avançadas” ou quaisquer adjetivos semelhantes.

Contra uma interpretação do absoluto da lei e do transplante cultural – aquela normalmente submetida a este – pude observar os professores operando de forma bastante particular com os seus problemas cotidianos. Isso não quer dizer que não houvesse uma tentativa mais ampla de conformação. Mas, ao concluir o estudo, fiquei com a certeza de que foi exagerada a interpretação da historiografia quanto à dimensão estratégica da educação física para a consolidação do regime militar. A lei nesse caso, ao que parece, foi antes uma tentativa de organizar demandas do que propriamente de determinar a organização da educação física brasileira (Thompson, 1987). Quanto à tese do transplante cultural, esta também me parece oriunda de uma leitura açodada, uma vez que a influência estrangeira sobre a educação física brasileira provinha dos mais diversos países, dentre os quais os países socialistas do Leste Europeu, além da Argentina – um dos principais centros influenciadores da educação física brasileira daqueles anos. Assim, ao afirmar que o Brasil buscava se inserir de forma mais contundente – devemos lembrar que pelo menos desde a década de 1940 havia um intercâmbio do Brasil com os centros mais desenvolvidos da educação física mundial – no debate internacional da educação física, devemos reconhecer que isso não é o mesmo que sugerir que a educação física brasileira tenha sido conformada de fora para dentro ou, para usar uma imagem cara à historiografia, do centro para a periferia.

Do ponto de vista da constituição ou conformação histórica das disciplinas escolares, antes de supormos que mecanicamente e de maneira linear produziu-se a configuração de uma determinada forma de conceber e tratar o saber, precisamos apreender a experiência em cada momento histórico preciso (Goodson, 1995a). Diferentes experiências, ainda que sob a influência do mesmo tempo histórico – o período da ditadura militar brasileira – e do mesmo espaço geográfico – a cidade de Curitiba –, conformaram diversas formas de conceber a relação entre a escola e o conhecimento. Para alguns professores a importância da educação física está na sua

força como uma atividade, ou melhor, como um conjunto de atividades. Para outros, a educação física só se justifica se integrada à dinâmica mais geral da escola, de formação e criação cultural. Nesse segundo caso, para alguns, a educação física aplicava conhecimentos de forma que os alunos pudessem conhecê-los, decifrá-los e utilizá-los. Para outros, o conhecimento chegava à escola com uma configuração e, por iniciativa própria, ou por força das dificuldades do seu dia-a-dia, o conhecimento era apropriado, reelaborado e dava lugar a uma outra configuração, diferente daquele saber de origem. Isso reforça a tese da necessidade de olharmos para cada contexto particular, na sua interação necessária com a configuração social e a ambiência cultural, para que possamos afirmar se a escola é capaz de produzir ou apenas absorve conhecimentos das ciências de origem (Chervel, 1990; Chevalard, 1991; Belhoste, 1995; Goodson, 1995a e 1995b).

Nos anos por mim estudados, ainda que manifestado de maneiras muito distintas, o esporte foi a referência incontestada das aulas de educação física. Ficáramos, pois, com a seguinte questão: por que os professores de educação física fizeram as opções que fizeram, reduzindo as possibilidades formativas da educação física à prática esportiva? Talvez a própria organização social possa oferecer algumas pistas para essa questão, pois temos assistido a uma redução cada vez maior das possibilidades de manifestação autônoma dos indivíduos. Os depoimentos dos professores apresentam-nos um outro paradoxo: talvez eles não gostassem de agir de determinadas maneiras, mas eram impelidos a isso. Isso não implica que não tivessem consciência da sua condição. Assim, a história da educação física no Brasil tem mostrado um conjunto bastante significativo de dificuldades limitadoras da potencialidade criadora dos professores, ou, se preferirmos, da sua autonomia: uma formação acadêmica deficitária e – sintomático – ainda francamente esportiva; deficiência de forma e conteúdo nas iniciativas de formação continuada; perpetuação de um discurso de cunho higienista, integrador e moralizador; prevalência da ênfase sobre as atividades em detrimento da ênfase sobre o conhecimento; precariedade de condições de trabalho, seja no tocante ao aspecto material (espaço, equipamento etc.), seja no tocante à condição econômica dos professores; subsunção à indiferenciação característica da cultura de massa, da qual o esporte é um dos exemplos mais acabados. Somem-se a esses fatores o conservadorismo assente da instituição escolar e a cada vez mais espalhada vinculação a uma cultura do pensamento único, e teremos um quadro bastante indicativo das dificuldades com as quais se defrontaram – e se defrontam – os professores para afirmar-se de forma mais crítica e autônoma.

Assim, gostaria de concluir aduzindo uma das impressões mais fortes deixada pelo contato com os professores ao realizar as entrevistas utilizadas como fonte. Na fala dos professores fica patente uma noção de adesão consciente, não necessa-

riamente voluntária, a um conjunto de influências muitas vezes fora de qualquer possibilidade de entendimento e compreensão por parte deles. Essas possibilidades negadas são fruto de um desenvolvimento histórico bastante particular: a educação física parece não saber como se afirmar se não for atrelada aos anseios do *status quo*. Foi assim naqueles anos e tem sido assim desde a sua constituição. Nada de novo. Muitos dos autores com os quais dialoguei ao longo do meu estudo já afirmaram a mesma coisa das mais diversas maneiras (Taborda de Oliveira, 2001). Quanto à tênue mas efetiva agência e resistência dos professores, creio ter podido mostrar que elas independiam das políticas oficiais. Elas manifestaram-se e se manifestam no cotidiano, de maneiras freqüentemente diferentes daquelas que nós esperaríamos ou gostaríamos. Sua experiência cotidiana foi determinante para o redimensionamento da educação física brasileira nos últimos anos. As transformações pelas quais essa disciplina vem passando nos anos de 1980 e 1990 são resultado do influxo das práticas dos professores, e não somente do desenvolvimento acadêmico da área ou das iniciativas legislativas. Ainda que aquelas produções, preocupadas em capturá-los como ingênuos, alienados ou pouco esclarecidos, não possam tolerar tal perspectiva!

Physical education and military dictatorship in Brazil (1968-1984):
between the resistance and the adhesion

ABSTRACT: This work intends to present the Brazilian academic community representations about the relations between physical education and military dictatorship in Brazil (1968-1984). This analysis was based on a dialogue between historiography of educational disciplines and physical education in order to verify those representations building, it was based, as well, on a research that had as its main sources an official periodic of the dictatorship years, school programs for physical education in the city of Curitiba and school teachers' statement. This work concludes that those representations have not necessarily a correspondent on the real practice of school agents, certainly because those representations have not included the historical experience of those agents.

KEY-WORDS: History of school disciplines; history of physical education in school; physical education and military dictatorship; historiography.

Educación física escolar y la dictadura militar en Brasil (1968-1984):
entre la adhesión y la resistencia

RESUMEN: El trabajo busca aclarar representaciones de la comunidad académica brasileña acerca de las relaciones entre educación física escolar y dictadura militar en Brasil (1968-1984). Tal investigación se realizó a partir de un diálogo con la historiografía de áreas de

(continua)

(continuação)

educación y educación física, en el intento de verificar la construcción de aquellas representaciones, así como a partir de una investigación que tomó como fuentes privilegiadas un periódico oficial de los años de la dictadura, programas escolares para la educación física en la ciudad de Curitiba y el relato de profesores escolares. Concluye que aquellas representaciones no tienen necesariamente correspondiente en las prácticas reales de los agentes escolares, seguramente por no llevar en cuenta la experiencia de aquellos agentes.

PALABRAS CLAVES: Historia de las disciplinas escolares; historia de la educación física escolar; educación física y dictadura militar; historiografía.

REFERÊNCIAS

BELHOSTE, B. *Resume de l'exposé de Bruno Belhoste au service d'histoire de l'éducation*. Paris: INRP, 1995.

BRACHT, V. *Educação física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.

CAGIGAL, J. M. Sugestões para a educação física na década de 70 (I). *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 21, p. 70-80, 1974a.

_____. Sugestões para a educação física na década de 70 (II). *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 22, p. 14-21, 1974b.

CARVALHO, Y. M. *O "mito" da atividade física e saúde*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CARVALHO DE FREITAS, M. *A miséria da educação física*. Campinas: Papyrus, 1991.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1988.

CASTRO, C. In corpore sano – os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, p. 61-78, 1997.

CHERVEL, A. História da disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHEVALARD, Y. *La transposición didáctica*. Buenos Aires: Aique, 1991.

COVRE, M. L. M. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. *Programa de Educação Física do Centro Comunitário Isolda Schmid*, 1970a.

_____. Prefeitura Municipal de Curitiba. *Programa de Educação Física do Centro Comunitário João XXIII*, 1970b.

_____. Prefeitura Municipal de Curitiba. *Programa de Educação Física do Centro Educacional da Vila Nossa Senhora da Luz*, 1970c.

_____. Prefeitura Municipal de Curitiba. *Programa de Educação Física por Temporadas*. 1972-1984.

DaCOSTA, L. P. *Diagnóstico de educação física e desportos no Brasil*. Brasília: CDRH-MP/DEF-MEC, 1971.

- GOODSON, I. *Historia del currículum: la construcción social de las disciplinas escolares*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1995a.
- _____. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995b.
- _____. A crise da mudança curricular: algumas advertências sobre iniciativas de reestruturação. In: SILVA, L. H. (Org.). *Século XXI: qual conhecimento? qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 2000.
- GUIRALDELLI JR., P. *Educação física progressista*. São Paulo: Loyola, 1988.
- LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- MANIFESTO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 10, p. 9-17, 1971.
- SAID, E. Mídia, margens e modernidade. In: SADER, Emir (Org.). *Vozes do século: entrevistas da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (entrevista).
- SOARES, C. L. et al. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOARES, M. Recomendações do III Encontro dos Professores de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 13, p. 34-35, 1973.
- TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desporte (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba*: entre a adesão e a resistência. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – PUC-SP, 2001.
- _____. *Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984)*: entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.
- _____. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa histórica em educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Natal. *Anais...* UFRN, 2002.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TUBINO, M. J. G. As tendências internacionais da educação física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 26, p. 6-11, 1975.
- VIÑAO FRAGO, A. ¿Fracassan las reformas educativas? La respuesta de un historiador. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org.). *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados, São Paulo: SBHE, 2001.
- VIZENTINI, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

Recebido: 28 mar. 2003

Aprovado: 30 abr. 2003

Endereço para correspondência

Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

Rua Goiânia, 1597, sobrado 70 – Bairro Cajuru – Curitiba – PR – CEP 82940-150